

ESP-PENIT.´AEVP CRISTIANO DE OLIVEIRA´ F.PAUL

Edital 12/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	380229-ESP-PENIT.´AEVP CRISTIANO DE OLIVEIRA´ F. PAUL	BEATRIZ MARIA DA GLORIA LEMOS	26/06/2026 11:47 (v 0.6)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	70/2026	006.00273009/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026

CONTRATANTE (UASG)

PENITENCIÁRIA "AEVP CRISTIANO DE OLIVEIRA" DE FLÓRIDA PAULISTA - UASG 380229

OBJETO

Aquisição de materiais para necessidades operacionais, administrativas e de segurança do setor de Centro de Segurança e Disciplina da Penitenciária "AEVP Cristiano de Oliveira" de Flórida Paulista, com entrega única

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 13.781,30

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/07/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço por item

Modo de disputa:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

EDITAL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL DA REGIÃO OESTE

PENITENCIÁRIA "AEVP CRISTIANO DE OLIVEIRA" DE FLÓRIDA PAULISTA/SP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026

(Processo Administrativo nº006.00273009/2026-16)

Torna-se público que o(a) **Penitenciária "AEVP Cristiano de Oliveira" de Flórida Paulista**, por meio do(a) **Seção de Finanças e Suprimentos**, sediado(a) **Estrada Vicinal Kiichiro Hattori km 06, bairro Agrelo, Flórida Paulista/SP**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **aquisição de materiais para necessidades operacionais, administrativas e de segurança do setor de Centro de Segurança e Disciplina da Penitenciária "AEVP Cristiano de Oliveira" de Flórida Paulista, com entrega única**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos subitens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as *cooperativas* que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo de real)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10(dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2(dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2(dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a (10) dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021; conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital, definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no subitem 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de **inexequibilidade** das propostas **valores inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecução, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexa a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes ecácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5

8.16. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.17. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico **www.comprasnet.gov.br**

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): **e-mail: financasflorida@gmail.com**

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) endereço(s) eletrônico(s) na Internet: <https://www.gov.br/compras/pt-br> sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão da nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

14.2.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico: **<https://doe.sp.gov.br>**

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar

14.16.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;

14.16.3. ANEXO III - Resolução SAP 49, de 17/04/2024 Retificada;

14.16.4. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta.

Flórida Paulista/SP, 25 de junho de 2026.

EDIAN CARLOS PEREIRA DOS SANTOS

CHEFE DE DEPARTAMENTO - ESTABELECIMENTO PENAL

AUTORIDADE COMPETENTE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA N° 35/2026 (apêndice ao processo)

ANEXO I.1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 17/2026

ANEXO II

MINUTA DE NOTA DE EMPENHO (apêndice ao processo)

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024, de 17/04/2024 RETIFICADA

ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

(em papel timbrado do licitante)

PREGÃO ELETRONICO: 90010/2026

PROCESSO: 006.00273009/2026-16

OBJETO: Aquisição de materiais para necessidades operacionais, administrativas e de segurança do setor de Centro de Segurança e Disciplina da Penitenciária "AEVP Cristiano de Oliveira" de Flórida Paulista, com entrega única

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE FORNECIMENTO	CÓD. MAT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Dados bancários:

BANCO DO BRASIL

Agência: _____ Conta: _____.

De acordo com o item 7.19 do Termo de Referência: pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

E-mail atualizado para o envio da Nota de Empenho: _____

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Encaminhe-se o presente Edital à autoridade competente para análise e aprovação

BEATRIZ MARIA DA GLORIA LEMOS

Responsável pela elaboração do documento



Assinou eletronicamente em 26/06/2026 às 11:42:23.

Despacho: Aprovo o presente Edital

EDIAN CARLOS PEREIRA DOS SANTOS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 26/06/2026 às 11:45:28.

ESP-PENIT.´AEVP CRISTIANO DE OLIVEIRA´ F.PAUL

Termo de Referência 35/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
35/2026	380229-ESP-PENIT.´AEVP CRISTIANO DE OLIVEIRA´ F. PAUL	BEATRIZ MARIA DA GLORIA LEMOS	25/06/2026 16:32 (v 0.4)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	70/2026	006.00273009/2026-16

1. Condições gerais

POLÍCIA PENAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL DA REGIÃO OESTE
PENITENCIÁRIA "AEVP CRISTIANO DE OLIVEIRA" DE FLÓRIDA PAULISTA
(Processo Administrativo nº 006.00273009/2026-16)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.Aquisição de materiais para necessidades operacionais, administrativas e de segurança do setor de Centro de Segurança e Disciplina da Penitenciária "AEVP Cristiano de Oliveira" de Flórida Paulista, com entrega única, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Item	Código Compras	Código Siafísico	Descrição Completa do Produto	Quantidade Total	Unidade Fornecimento	Valor Unitário
1	614474	6157483	Fardamento/Acessório Tipo: Porta Algema, Material: Polímero, Aplicação: Uniforme	25	Unidade	R\$ 47,20
2	460615	6283390	Fardamento/Acessório Tipo: Fiél, Material: Poliamida	25	Unidade	R\$ 30,90

3	292307	5494168	Bastão Antitumulto Material: Termoplástico Extrudado, Comprimento: 60 CM, Formato: Cilindrico, Características Adicionais: Diâmetro De 30mm	10	Unidade	R\$ 35,99
4	601933	6534732	Algema Material: Aço Inoxidável, Aplicação: Pulso, Características Adicionais: Duas Chaves No Mesmo Material Das Algemas	5	Unidade	R\$ 140,17
5	620977	1500813	Algema Material: Aço 1.020, Aplicação: Tornozelo, Características Adicionais: Espessura Esterna De 9,8 Mm	5	Unidade	R\$ 193,47
6	480055	4977645	Tela Tipo Concertina Tipo: Farpada , Formato: Helicoidal , Comprimento: 10 M, Diâmetro: 45 Cm	10	Unidade	R\$ 89,07
7	290604	4307852	Cadeado; Corpo de Latão Maciço; Largura Mínima de 50 Mm; Altura Mínima de 40 Mm Aproximadamente; Espessura Mínima de 16.5 Mm Aproximadamente; Haste de Aço Com Revestimento Cromado Ou Similar; Altura Mínima de 29 Mm Aproximadamente; Distancia Mínima Entre As Hastes de 29.5 Mm Aproximadamente; Espessura Mínima de 8 Mm Aproximadamente; Com 05 Pinos; Chave Comum; Com Duas Chaves; Conforme a Norma Nbr 15271;	50	Unidade	R\$ 31,84
8	356083	5508851	Cadeado; Corpo de Latao; Largura Mínima de 35mm; Altura Mínima de 33mm; Espessura Mínima de 10mm; Haste de Aço Temperado Com Acabamento Cromatizado; Altura Mínima de 76mm; Distancia Mínima Entre As Hastes de 30mm; Espessura Mínima de 6mm; Com No Mínimo de 04 Pinos; Chave Niquelada, Tipo Comum Unificada; Com Com 02 Chaves; Conforme a Norma Nbr 15271;	30	Unidade	R\$ 21,50
9	256537	6192955	Cadeado; Corpo de Latao Macico; Largura Mínima de 20 Mm (medida Exata); Altura Mínima de 14 Mm (medida Exata); Espessura Mínima de 12 Mm (medida Exata); Haste de Aço Inoxidavel; Altura Mínima de 14 Mm (medida Exata); Distancia Mínima Entre As Hastes de 12 Mm (medida Exata); Espessura Mínima de 3,5 Mm (medida Exata); Com 04 Pinos; Chave Comum; Com 2 Chaves, Cadeado Com Mesmo Segredo; Conforme a Norma Abnt / Nbr Vigente;	20	Unidade	R\$ 15,00
10	623131	6102743	Lanterna Elétrica Material: Plástico Abs Resistente A Impactos , Tipo: Holofote , Características Adicionais: Tática, Zoom 0 A 2000 , Aplicação: Iluminação ,	10	Unidade	R\$ 127,50

			Luminosidade: 720.000 LM, Tipo Lâmpada: Led T6 , Tipo Bateria: Recarregável , Tensão Bateria: 3,7			
11	373926	5385571	Bobina de Papel; para Impressora Termica; Em Papel Termico; Estabilidade Da Impressao Ate 05 Anos; Com Gramatura de 75 G/m2 (minima); Nao Adesiva; 01 Via; (80mm x 40m); Na Cor Branca;	2	Caixa 30 unidades	R\$ 122,00
12	396099	5931355	Pecas de Reposicao para Mobiliario; Chaveiro Plaqueta Em Polipropileno; Medindo 40 x 40 x 4 Mm (a x c x L); Na Cor Amarela, Com Fenda, Com Argola, Quadrado, Sem Identificacao; para Claviculario;	200	Unidade	R\$ 3,45
13	631713	6418961	Prato Plastico; de Polipropileno (pp); Espessura Minima de 2,5 a 3mm; Diametro Minimo de 23 a 26cm; Altura Minima de 2cm; Tipo Raso, para Refeicao, pode ir ao micro-ondas, Liso, sem Decoracao; Na Cor Branca;	250	Unidade	R\$ 5,10
14	437873	6112188	Garfo Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Tipo: Mesa, Comprimento: 19 a 21 cm, Espessura de 2 a 2,5mm	250	Unidade	R\$ 3,49
15	465714	6119301	Faca de cozinha Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Tipo: Mesa, Comprimento: 21 cm e 23 cm, Espessura de 2 a 2,5mm	250	Unidade	R\$ 4,10
16	631651	6113109	Colher de sopa cozinha Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Tipo: Mesa, Comprimento: 19 a 21 cm, Espessura de 2 a 2,5mm	50	Unidade	R\$ 3,78
17	446466	6151604	Copo; de Inox; Capacidade Minima para 250 Ml; Com Diametro Minimo de 6 Cm; Altura Minima de 10 Cm; para Consumo de Bebidas; Na Cor Cinza;	150	Unidade	R\$ 5,35

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, **prevalecem as disposições deste Termo de Referência.**

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **20 (vinte) dias**, contados do(a) **emissão da Nota de Empenho**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá **subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Matérias-primas sustentáveis;

4.1.2. Redução de componentes nocivos.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, em remessa única

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **02 (dois) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço: **Penitenciária "AEVP Cristiano de Oliveira" de Flórida Paulista, Estrada Vicinal Kiichiro Hatori, Km 06, Bairro: Agrelo, Flórida Paulista/SP - CEP: 17830-900.**

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal /Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no **Banco do Brasil S/A**.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **com entrega imediata**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal .

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras comprovações

8.23. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores .

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 13.781,30** (treze mil, setecentos e oitenta e um reais e trinta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. Gestão/Unidade: **Penitenciária "AEMP Cristiano de Oliveira" de Flórida Paulista - UASG: 380.229**

II. Fonte de Recursos: **150.010.001**

III. Programa de Trabalho: **14421381561390000 - Serviços de Atenção à Custódia da PPL**

IV. Elemento de Despesa: **33.90.30**

V. Plano Interno: **010.001.0308**

Flórida Paulista, 25 de junho de 2026.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Encaminhe-se o presente termo a Autoridade Competente para ciência e aprovação.

BEATRIZ MARIA DA GLORIA LEMOS

Responsável pela elaboração do documento



Assinou eletronicamente em 25/06/2026 às 16:03:53.

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência

EDIAN CARLOS PEREIRA DOS SANTOS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 25/06/2026 às 16:26:57.

ESP-PENIT.´AEVP CRISTIANO DE OLIVEIRA´ F.PAUL

Estudo Técnico Preliminar 17/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00273009/2026-16

2. Descrição da necessidade

2.1. Aquisição de materiais para necessidades operacionais, administrativas e de segurança para o setor de Centro de Segurança e Disciplina desta unidade prisional.

2.2 Justifica-se a aquisição dos materiais para garantir bom funcionamento dos serviços, evitar fugas e agressões das pessoa privadas de liberdade da Penitenciária "A.E.V.P. Cristiano de Oliveira" de Flórida Paulista.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Centro de Segurança e Disciplina-Sust.	Flavio Henrique Temporim

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

4.2. Não haverá exigência de entrega de amostras.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

4.5. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

4.6. Conforme art. 95 da Lei 14.133/21, a presente contratação será formalizada por nota de empenho.

4.7. O prazo de entrega dos bens é de **20 (vinte) dias**, contados a partir da **emissão da nota de empenho**, no seguinte endereço: **Estrada Vicinal Kiichiro Hattori, km 06, Bairro Agrelo, cidade de Flórida Paulista/SP - CEP 17.830-900**, respeitado o horário de funcionamento, ou seja, de segunda-feira a sexta-feira, de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00.

4.8. Os bens serão recebidos provisoriamente, pelo responsável pelo almoxarifado e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.10. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias**, pelos solicitantes, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente **aceitação** mediante termo circunstanciado.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Para a contratação em tela serão utilizados as pesquisas no portal ComprasGov e analisados processos similares através do Núcleo de Finanças e Suprimentos desta Unidade e por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas através de outros sites governamentais.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Considerando que os materiais são bens de consumo regulares e amplamente disponíveis no mercado nacional, a solução de fornecimento via Pregão Eletrônico mostra-se a mais adequada. Esta modalidade permite a obtenção de propostas mais vantajosas devido à disputa pública, assegurando o suprimento contínuo das necessidades da unidade prisional com agilidade e transparência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Quadro com estimativa das quantidades a serem contratadas, a metodologia encontrada para definição do quantitativo estimado foi calculada com base no esquete e na necessidade dos materiais.

<u>Item</u>	<u>Descrição Completa do Produto</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Unidade Fornecimento</u>	<u>Valor Unitário</u>
1	Fardamento/Acessório Tipo: Porta Algema, Material: Polímero, Aplicação: Uniforme	25	Unidade	R\$ 47,20
2	Fardamento/Acessório Tipo: Fiél, Material: Poliamida	25	Unidade	R\$ 30,90
3	Bastão Antitumulto Material: Termoplástico Extrudado, Comprimento: 60 CM, Formato: Cilindrico, Características Adicionais: Diâmetro De 30mm	10	Unidade	R\$ 35,99
4	Algema Material: Aço Inoxidável, Aplicação: Pulso, Características Adicionais: Duas Chaves No Mesmo Material Das Algemas	5	Unidade	R\$ 140,17
5	Algema Material: Aço 1.020, Aplicação: Tornozelo, Características Adicionais: Espessura Externa De 9,8 Mm	5	Unidade	R\$ 193,47
6	Tela Tipo Concertina Tipo: Farpada , Formato: Helicoidal , Comprimento: 10 M, Diâmetro: 45 Cm	10	Unidade	R\$ 89,07
7	Cadeado; Corpo de Latão Maciço; Largura Mínima de 50 Mm; Altura Mínima de 40 Mm Aproximadamente; Espessura Mínima de 16.5 Mm Aproximadamente; Haste de Aço Com Revestimento Cromado Ou Similar; Altura Mínima de 29 Mm Aproximadamente; Distancia Mínima Entre As Hastes de 29.5 Mm Aproximadamente; Espessura Mínima de 8 Mm Aproximadamente; Com 05 Pinos; Chave Comum; Com Duas Chaves; Conforme a Norma Nbr 15271;	50	Unidade	R\$ 31,84

8	Cadeado; Corpo de Latao; Largura Minima de 35mm; Altura Minima de 33mm; Espessura Minima de 10mm; Haste de Aco Temperado Com Acabamento Cromatizado; Altura Minima de 76mm; Distancia Minima Entre As Hastes de 30mm; Espessura Minima de 6mm; Com No Minimo de 04 Pinos; Chave Niquelada, Tipo Comum Unificada; Com Com 02 Chaves; Conforme a Norma Nbr 15271;	30	Unidade	R\$ 21,50
9	Cadeado; Corpo de Latao Macico; Largura Minima de 20 Mm (medida Exata); Altura Minima de 14 Mm (medida Exata); Espessura Minima de 12 Mm (medida Exata); Haste de Aco Inoxidavel; Altura Minima de 14 Mm (medida Exata); Distancia Minima Entre As Hastes de 12 Mm (medida Exata); Espessura Minima de 3,5 Mm (medida Exata); Com 04 Pinos; Chave Comum; Com 2 Chaves, Cadeado Com Mesmo Segredo; Conforme a Norma Abnt / Nbr Vigente;	20	Unidade	R\$ 15,00
10	Lanterna Elétrica Material: Plástico Abs Resistente A Impactos , Tipo: Holofote , Características Adicionais: Tática, Zoom 0 A 2000 , Aplicação: Iluminação , Luminosidade: 720.000 LM, Tipo Lâmpada: Led T6 , Tipo Bateria: Recarregável , Tensão Bateria: 3,7	10	Unidade	R\$ 127,50
11	Bobina de Papel; para Impressora Termica; Em Papel Termico; Estabilidade Da Impressao Ate 05 Anos; Com Gramatura de 75 G/m2 (minima); Nao Adesiva; 01 Via; (80mm x 40m); Na Cor Branca;	2	Caixa 30 unidades	R\$ 122,00
12	Pecas de Reposicao para Mobiliario; Chaveiro Plaqueta Em Polipropileno; Medindo 40 x 40 x 4 Mm (a x c x L); Na Cor Amarela, Com Fenda, Com Argola, Quadrado, Sem Identificacao; para Claviculario;	200	Unidade	R\$ 3,45
13	Prato Plastico; de Polipropileno (pp); Espessura Minima de 2,5 a 3mm; Diametro Minimo de 23 a 26cm; Altura Minima de 2cm; Tipo Raso, para Refeicao, pode ir ao micro-ondas, Liso, sem Decoracao; Na Cor Branca;	250	Unidade	R\$ 5,10
14	Garfo Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Tipo: Mesa, Comprimento: 19 a 21 cm, Espessura de 2 a 2,5mm	250	Unidade	R\$ 3,49
15	Faca de cozinha Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Tipo: Mesa, Comprimento: 21 cm e 23 cm, Espessura de 2 a 2,5mm	250	Unidade	R\$ 4,10
16	Colher de sopa cozinha Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Tipo: Mesa, Comprimento: 19 a 21 cm, Espessura de 2 a 2,5mm	50	Unidade	R\$ 3,78

17	Copo; de Inox; Capacidade Mínima para 250 Ml; Com Diâmetro Mínimo de 6 Cm; Altura Mínima de 10 Cm; para Consumo de Bebidas; Na Cor Cinza;	150	Unidade	R\$ 5,35
----	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----	---------	----------

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 13.781,30 (treze mil setecentos e oitenta e um reais e trinta centavos)**.

8.2. A pesquisa de preços foi realizada na ferramenta do Compras.gov do Governo Federal, considerando o valor mediano para formação do valor estimado da contratação, em conformidade com o inciso I do art. 3º do Decreto 67.888/23 (anexos I)

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A presente aquisição não comporta parcelamento, haja vista tratar-se de entrega imediata.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. O Decreto nº 68.017/2023 define as contratações correlatas como sendo aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si e as contratações interdependentes como aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas em conjunto para a plena satisfação da necessidade da Administração.

10.2. Neste entendimento, a pretendida contratação abrangerá as necessidades desta Administração na questão das aquisições dos materiais elencados na estimativa das quantidades, não sendo necessária nenhuma contratação correlata ou interdependente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratações - PCA 2026, de acordo com o Documento de Formalização de Demanda.

12. Resultados Pretendidos

12.1. A referida licitação tem por objetivo garantir o bom funcionamento dos serviços e mitigar riscos de subversão, tentativas de evasão e agressões por parte das pessoas privadas de liberdade custodiadas na Penitenciária 'AEVP Cristiano de Oliveira' de Flórida Paulista.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A Administração deverá providenciar as medidas para realização dos trabalhos de planejamento e execução da licitação seguindo as determinações legais que envolvem a LF 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

13.2. Para o recebimento dos itens o setor de Almoxarifado deverá providenciar e manter condições físicas e sanitárias adequadas para o acondicionamento/armazenamento dos materiais.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não há, no presente caso, visualização de possíveis impactos ambientais, sendo que a referida contratação não fere as práticas de sustentabilidade, não acarretando prejuízos à qualidade dos materiais e tão pouco ao interesse público.

14.2. Além do mais, a escolha dos itens foi priorizada para produtos que podem gerar menos perdas; terem melhor qualidade e mais duráveis, evidenciando principalmente na economicidade.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A referida contratação atende a necessidade da Unidade Prisional; está prevista no PCA 2026; enquadra-se nos princípios da LF 14.133/21

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Encaminhe-se o presente ETP à autoridade competente, por intermédio da Seção de Administração para ciência e aprovação.

FLAVIO HENRIQUE TEMPORIM

Requisitante



Assinou eletronicamente em 25/06/2026 às 15:13:16.

Despacho: Ciente e de acordo. Encaminhe-se ao Chefe de Departamento para prosseguimento, conforme proposto.

SILVIA BUTARELO

Chefe de Seção de Administração



Assinou eletronicamente em 25/06/2026 às 15:40:24.

Despacho: Aprovo o presente ETP em sua totalidade.

EDIAN CARLOS PEREIRA DOS SANTOS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 25/06/2026 às 15:51:52.

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Relatório emitido em 19/06/2026 13:48

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
82/2026	380229	Concluída	BEATRIZ MARIA DA GLORIA LEMOS

Título: Material para segurança e disciplina

Observações:

Total de itens cotados: 17 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 13.781,2500

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
614474 - Fardamento / Acessório Tipo: Porta Algema , Material: Polímero , Aplicação: Uniforme	Unidade	25
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 26,4000	R\$ 44,6100	R\$ 47,2000
Coeficiente de Variação: 23,5400% Desvio Padrão: 10,5012 Maior Preço: R\$ 59,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 36,9000	21/05/2026	Sim
2	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	57	Unidade	R\$ 48,0000	11/05/2026	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	175	Unidade	R\$ 35,0000	05/05/2026	Sim
4	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 44,5200	29/03/2026	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 42,9000	20/01/2026	Sim
6	I	PREFEITURA DE GUARATUBA - PR - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 58,0000	02/12/2025	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 48,0000	12/11/2025	Sim
8	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MATO G.DO SUL - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 100,0000	29/10/2025	Não
9	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 49,9000	28/10/2025	Sim
		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO					

10	I	PENITENCIARIA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 59,0000	10/10/2025	Sim
11	I	MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 26,4000	03/10/2025	Sim
12	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 26,4000	17/09/2025	Sim
13	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	4538	Unidade	R\$ 57,7100	14/08/2025	Sim
14	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 59,3500	28/07/2025	Não
15	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	21	Unidade	R\$ 78,0000	17/07/2025	Não
16	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 47,2000	09/07/2025	Sim

Legenda:

⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

ℹ Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item
460615 - Fardamento / Acessório Tipo: Fiél , Material: Poliamida

Unidade de Fornecimento
Unidade

Quantidade
25

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 54,5300%
R\$ 22,7700	R\$ 38,4964	R\$ 30,9000	Desvio Padrão: 20,9921
			Maior Preço: R\$ 104,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado


Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	369	Unidade	R\$ 19,4500	16/06/2026	Não
2	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	2030	Unidade	R\$ 22,3500	16/06/2026	Não
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	110	Unidade	R\$ 23,9500	27/04/2026	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 59,0000	02/03/2026	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 29,8000	24/02/2026	Sim
6	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	96	Unidade	R\$ 26,8900	09/02/2026	Sim
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	155	Unidade	R\$ 28,9200	20/01/2026	Sim
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	235	Unidade	R\$ 23,5000	16/12/2025	Sim
9	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 34,1200	05/11/2025	Sim
10	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 22,7700	21/10/2025	Sim
11	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 32,0000	10/10/2025	Sim
12	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 32,0000	09/10/2025	Sim
13	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 44,0000	09/09/2025	Sim
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.					

14	I	gov.br	385	Unidade	R\$ 20,4500	12/08/2025	Não
15	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 52,0000	04/08/2025	Sim
16	I	MGO-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 26,0000	29/07/2025	Sim
17	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 104,0000	08/07/2025	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 18,0000	01/07/2025	Não

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item
292307 - Bastão Antitumulto Material: Polímero , Comprimento: 58 CM, Tipo: Tonfa , Formato: Anatômico , Características Adicionais: Cor Preta, Cabo Sulcos Transversais Toda Extensão

Unidade de Fornecimento
Unidade

Quantidade
10

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 26,0000

Média
R\$ 46,5671

● Mediana
R\$ 35,9900

Coeficiente de Variação: 41,6444%
Desvio Padrão: 19,3926
Maior Preço: R\$ 90,2300

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 25,7000	16/06/2026	Não
2	I	MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br	11	Unidade	R\$ 102,4500	27/05/2026	Não
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 29,9900	20/05/2026	Sim
4	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 64,5400	29/03/2026	Sim
5	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 58,0000	30/01/2026	Sim
6	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 34,0000	23/01/2026	Sim
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 26,7000	16/12/2025	Sim
8	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 35,9900	16/12/2025	Sim
9	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	2200	Unidade	R\$ 68,0000	09/12/2025	Sim
10	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 75,5000	12/11/2025	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 33,0000	29/10/2025	Sim
12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 33,0000	29/10/2025	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	213	Unidade	R\$ 35,7000	29/10/2025	Sim
14	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	22	Unidade	R\$ 69,0000	26/10/2025	Sim
15	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	81	Unidade	R\$ 26,0000	21/10/2025	Sim

16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 28,9900	15/10/2025	Sim
17	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 90,2300	10/10/2025	Sim
18	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 45,0000	09/10/2025	Sim
19	I	MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 100,0000	03/10/2025	Não
20	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 38,0000	30/09/2025	Sim
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	153	Unidade	R\$ 118,7000	17/09/2025	Não

Legenda:

- ⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
- i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

Descrição do item

601933 - Algema Material: Aço Inoxidável , Aplicação: Pulso , Características Adicionais: Duas Chaves No Mesmo Material Das Algemas E Porta

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

5

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 105,0000

Média

R\$ 146,3664

● Mediana

R\$ 140,1700

Coefficiente de Variação: 23,0881%

Desvio Padrão: 33,7932

Maior Preço: R\$ 225,0000



Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	228	Unidade	R\$ 245,0000	16/06/2026	Não
2	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 128,0000	25/05/2026	Sim
3	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 141,9860	19/05/2026	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	188	Unidade	R\$ 95,0000	05/05/2026	Não
5	I	FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 200,0000	23/04/2026	Sim
6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 109,7000	21/04/2026	Sim
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 130,0000	26/03/2026	Sim
8	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 112,1400	24/03/2026	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 150,0000	20/03/2026	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 156,9000	20/03/2026	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 109,0000	20/03/2026	Sim
12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 109,0000	20/03/2026	Sim
13	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 136,0000	18/03/2026	Sim

14	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 170,0000	10/03/2026	Sim
15	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 112,4900	23/01/2026	Sim
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	70	Unidade	R\$ 112,5000	20/01/2026	Sim
17	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 212,0000	09/01/2026	Sim
18	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 140,1700	19/12/2025	Sim
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 225,0000	04/12/2025	Sim
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	6	Unidade	R\$ 186,4000	02/12/2025	Sim
21	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 108,2800	01/12/2025	Sim
22	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 159,0600	27/11/2025	Sim
23	I	ESTADO DO MARANHÃO - Compras. gov.br	250	Unidade	R\$ 140,0000	13/11/2025	Sim
24	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 144,9000	03/11/2025	Sim
25	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	22	Unidade	R\$ 85,0000	26/10/2025	Não
26	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	22	Unidade	R\$ 165,0000	26/10/2025	Sim
27	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	22	Unidade	R\$ 149,0000	26/10/2025	Sim
28	I	ESTADO DO MARANHÃO - Compras. gov.br	71	Unidade	R\$ 214,0000	23/10/2025	Sim
29	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	85	Unidade	R\$ 229,9500	15/10/2025	Não
30	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 108,9900	13/10/2025	Sim
31	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 137,9900	10/10/2025	Sim
32	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 141,2000	08/10/2025	Sim
33	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 163,0000	07/10/2025	Sim
34	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 141,0000	03/10/2025	Sim
35	I	MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 134,4000	03/10/2025	Sim
36	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	80	Unidade	R\$ 108,9000	12/09/2025	Sim
i 37	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 163,0000	26/08/2025	Sim
i 38	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras. gov.br	21	Unidade	R\$ 75,0000	18/08/2025	Não
39	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 130,9500	14/08/2025	Sim
40	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	250	Unidade	R\$ 105,0000	12/08/2025	Sim
41	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 136,0000	23/07/2025	Sim
42	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 20,6000	16/07/2025	Não
43	I	ECE-ESTADO DO CEARÁ - Compras. gov.br	4500	Unidade	R\$ 259,5000	15/07/2025	Não
44	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 223,6000	04/07/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 5

Descrição do item
 620977 - Algema Material: Aço 1.020 , Aplicação: Tornozelo , Características Adicionais: Espessura Esterna De 9,8 Mm

Unidade de Fornecimento
 Unidade

Quantidade
 5

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

● Mediana

Coeficiente de Variação: 23,6934%
 Desvio Padrão: 48,8826
 Maior Preço: R\$ 347,0000



R\$ 113,2370
 R\$ 206,3133
 R\$ 193,4700

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 186,4000	16/06/2026	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 179,0000	10/06/2026	Sim
3	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 179,0000	25/05/2026	Sim
4	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 228,6500	13/05/2026	Sim
5	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 180,0000	13/05/2026	Sim
6	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 194,9300	07/04/2026	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 174,9500	16/03/2026	Sim
8	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 145,0000	03/03/2026	Não
9	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 175,0000	12/02/2026	Sim
10	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 144,0000	26/12/2025	Não
11	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 177,0000	26/12/2025	Sim
12	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 184,0000	08/12/2025	Sim
13	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 197,0000	04/12/2025	Sim
14	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 187,6400	27/11/2025	Sim
15	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 193,9500	12/11/2025	Sim
16	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 211,9500	11/11/2025	Sim
17	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 230,0000	03/11/2025	Sim
18	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	42	Unidade	R\$ 347,0000	23/10/2025	Sim
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 192,9900	10/10/2025	Sim
		ESTADO DO ESPIRITO SANTO -					

20	I	Compras.gov.br	1050	Unidade	R\$ 336,0000	10/10/2025	Sim
21	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	3400	Unidade	R\$ 269,0000	10/10/2025	Sim
22	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 160,0000	08/10/2025	Não
i 23	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 196,0000	07/10/2025	Sim
24	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 199,5000	07/10/2025	Sim
25	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 176,0000	01/10/2025	Sim
26	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	55	Unidade	R\$ 123,9000	11/09/2025	Não
27	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 165,9500	14/08/2025	Não
28	I	MGO-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 113,2370	29/07/2025	Sim
29	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 221,4000	23/07/2025	Sim
30	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 258,7000	15/07/2025	Sim
31	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 174,8500	07/07/2025	Sim
32	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 148,4000	04/07/2025	Não

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 6

Descrição do item
480055 - Tela Tipo Concertina Tipo: Farpada , Formato: Helicoidal , Comprimento: 10 M, Diâmetro: 45 C

Unidade de Fornecimento
Unidade

Quantidade
10

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 43,0000

Média
R\$ 85,7000

● Mediana
R\$ 89,0650



Coeficiente de Variação: 21,6697%
Desvio Padrão: 18,5709
Maior Preço: R\$ 118,0800

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 103,3200	16/06/2026	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 129,7400	15/06/2026	Não
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 93,3100	11/05/2026	Sim
4	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	108	Unidade	R\$ 159,5000	14/04/2026	Não
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 76,4400	07/04/2026	Sim
6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 154,6900	31/03/2026	Não
7	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	90	Unidade	R\$ 160,0000	22/03/2026	Não

8		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 100,0000	12/02/2026	Sim
9		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 103,5000	04/02/2026	Sim
10		EES-POLÍCIA MILITAR DO ESTADO - Compras.gov.br	13000	Unidade	R\$ 23,6600	26/01/2026	Não
11		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	34740	Unidade	R\$ 0,4827	09/01/2026	Não
12		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	70444	Unidade	R\$ 0,8299	06/01/2026	Não
13		EPB-SECRETARIA EST.DA MULHER E DA DIV.HUMANA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 12.500,0000	17/12/2025	Não
14		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	595	Unidade	R\$ 69,9900	16/12/2025	Sim
15		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 93,3300	04/12/2025	Sim
16		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 147,0000	02/12/2025	Não
17		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 57,8000	26/11/2025	Sim
18		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 99,1700	26/11/2025	Sim
19		PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES - MG - Compras.gov.br	2520	Unidade	R\$ 19,8000	19/11/2025	Não
20		PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	170	Unidade	R\$ 80,0000	17/11/2025	Sim
21		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 94,0000	14/11/2025	Sim
22		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 122,9754	14/11/2025	Não
23		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	410	Unidade	R\$ 118,0800	14/11/2025	Sim
24		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 80,0000	12/11/2025	Sim
25		FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 84,3600	01/11/2025	Sim
26		FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 66,5000	01/11/2025	Sim
27		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 109,0000	30/10/2025	Sim
28		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.G.DO NORTE - Compras.gov.br	1200	Unidade	R\$ 6,0000	21/10/2025	Não
29		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 43,0000	29/09/2025	Sim
30		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1008	Unidade	R\$ 70,9000	25/09/2025	Sim
31		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 70,0000	23/09/2025	Sim
32		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 65,0000	03/09/2025	Sim
33		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 98,0000	28/08/2025	Sim
34		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 100,9900	20/08/2025	Sim
35		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	504	Unidade	R\$ 59,3800	09/08/2025	Sim
36		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	52	Unidade	R\$ 86,6000	05/08/2025	Sim
37		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 91,5300	31/07/2025	Sim
38		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 114,0000	26/06/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 7

Descrição do item

290604 - Cadeado Material: Latão Maciço , Material Haste: Aço ,
Altura: 77 MM, Largura: 50 MM, Altura Corpo: 40 MM, Altura Haste:
29 MM, Quantidade Pinos: 5 UN, Diâmetro Haste: 8 MM,
Quantidade Chaves: 02 U

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

50

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 21,7100

Média

R\$ 32,4163

Mediana

R\$ 31,8400

Coefficiente de Variação: 17,8796%



Desvio Padrão: 5,7959

Maior Preço: R\$ 44,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses


Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 34,9000	25/05/2026	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	241	Unidade	R\$ 32,0000	08/05/2026	Sim
3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 30,3000	30/04/2026	Sim
4	I	MGO-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE - Compras.gov.br	372	Unidade	R\$ 7,7000	28/01/2026	Não
5	I	PMSP - HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 31,6800	14/12/2025	Sim
6	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 18,6100	28/11/2025	Não
7	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 16,7600	14/11/2025	Não
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 16,4800	07/11/2025	Não
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 18,9300	19/08/2025	Não
10	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 34,4400	08/08/2025	Sim
11	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 30,3000	06/08/2025	Sim
12	I	FUNDAcao UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 21,7100	17/07/2025	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 11,5000	27/06/2025	Não
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 11,5000	27/06/2025	Não
15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	470	Unidade	R\$ 11,5000	27/06/2025	Não
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 11,5000	27/06/2025	Não
17	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 44,0000	25/06/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 8

Descrição do item			Unidade de Fornecimento		Quantidade		
356083 - Cadeado Material: Latão , Material Haste: Aço , Altura: 56,50 MM, Largura: 35 MM, Características Adicionais: Chave Mestra Em Latão			Unidade		30		
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço		Média	● Mediana		Coeficiente de Variação: 26,2211%		
R\$ 14,0000		R\$ 21,1955	R\$ 21,5000		Desvio Padrão: 5,5577		
					Maior Preço: R\$ 30,7700		
Método de cálculo adotado: Mediana							
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 7,3500	15/06/2026	Não
2	I	ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 15,6100	25/05/2026	Sim
3	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	90	Unidade	R\$ 10,0000	14/05/2026	Não
4	I	PREFEITURA DE SÃO LUIZ GONZAGA /RS - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 14,0000	05/05/2026	Sim
5	I	ESP - DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 24,3700	14/04/2026	Sim
6	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 15,8400	25/03/2026	Sim
7	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	324	Unidade	R\$ 5,0000	18/03/2026	Não
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 12,8000	10/03/2026	Não
9	I	ECE-ESTADO DO CEARÁ - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 30,7700	10/03/2026	Sim
10	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 15,6800	05/03/2026	Sim
11	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	270	Unidade	R\$ 22,1000	19/02/2026	Sim
12	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 14,1900	23/01/2026	Sim
13	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 10,9700	16/01/2026	Não
14	I	PREFEITURA DE SAO LUIS DO QUITUNDE - AL - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 11,2240	12/01/2026	Não
15	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	220	Unidade	R\$ 9,0000	02/12/2025	Não
16	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 13,4500	25/11/2025	Não
17	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 28,9000	24/11/2025	Sim
18	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 28,5800	18/11/2025	Sim
19	I	PREFEITURA DE NOVA FATIMA - PR - Compras.gov.br	125	Unidade	R\$ 18,0000	04/11/2025	Sim
20	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	44	Unidade	R\$ 23,5000	30/10/2025	Sim
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 12,0000	29/10/2025	Não
		COMANDO DA MARINHA - Compras.					

22	I	gov.br	3	Unidade	R\$ 18,3000	27/10/2025	Sim
23	I	PMSP - SUBPREFEITURA JABAQUARA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 23,1000	21/10/2025	Sim
24	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE STO. ANTONIO DE JESUS - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 27,0000	15/10/2025	Sim
25	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	29	Unidade	R\$ 20,9000	09/10/2025	Sim
26	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	316	Unidade	R\$ 14,4000	18/09/2025	Sim
27	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 23,4600	17/09/2025	Sim
28	I	CENTRO FED.EDUC.TECN.CELSO SUCKOW DA FONSECA - Compras.gov.br	319	Unidade	R\$ 7,8000	09/09/2025	Não
29	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ - SC - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 11,1000	15/08/2025	Não
30	I	PREFEITURA DE MARINGA - PR - Compras.gov.br	1032	Unidade	R\$ 14,0000	11/08/2025	Sim
31	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 29,0000	30/07/2025	Sim
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8761	Unidade	R\$ 0,5500	28/07/2025	Não
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2590	Unidade	R\$ 9,1000	21/07/2025	Não
34	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 17,6000	18/07/2025	Sim
i 35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 27,0000	17/07/2025	Sim
36	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	125	Unidade	R\$ 9,9000	02/07/2025	Não
37	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	375	Unidade	R\$ 9,9000	02/07/2025	Não

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 9

Descrição do item
256537 - Cadeado Material: Latão Maciço , Material Haste: Aço Cementado , Altura: 40 MM, Largura: 20 MM, Altura Haste: 11 MM, Diâmetro Haste: 11 M

Unidade de Fornecimento
Unidade

Quantidade
20

Consolidação dos preços cotados



Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 63,1615%
R\$ 7,8300	R\$ 17,5778	R\$ 15,0000	Desvio Padrão: 11,1024
			Maior Preço: R\$ 45,7800

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 9,9000	02/06/2026	Sim
2	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 45,7800	28/05/2026	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	180	Unidade	R\$ 6,9000	25/02/2026	Não
4	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1694	Unidade	R\$ 16,5200	03/11/2025	Sim

5	I	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 15,9000	22/10/2025	Sim
6	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 15,0000	03/10/2025	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 9,9600	03/09/2025	Sim
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RJ - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 11,9800	28/08/2025	Sim
9	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 7,8300	07/08/2025	Sim
10	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 6,9400	10/07/2025	Não
11	I	CAMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 25,3300	25/06/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 10

Descrição do item

623131 - Lanterna Elétrica Material: Plástico Abs Resistente A Impactos , Tipo: Holofote , Características Adicionais: Tática, Zoom O A 2000 , Aplicação: Iluminação , Luminosidade: 720.000 LM, Tipo Lâmpada: Led T6 , Tipo Bateria: Recarregável , Tensão Bateria: 3,7

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

10

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 42,0000

Média

R\$ 120,0132

 Mediana

R\$ 127,5000

Coefficiente de Variação: 48,8525%

Desvio Padrão: 58,6294

Maior Preço: R\$ 299,9900



Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 39,5000	15/06/2026	Não
2	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO - Compras.gov.br	1200	Unidade	R\$ 140,0000	15/06/2026	Sim
3	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO - Compras.gov.br	1200	Unidade	R\$ 94,5000	15/06/2026	Sim
4	I	PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 30,0000	03/06/2026	Não
5	I	UNIVERSIDADE FED DA INTEGR LATINO-AMERICANA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 130,0000	03/06/2026	Sim
6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 139,5000	01/06/2026	Sim
7	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL - RN - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 72,1300	01/06/2026	Sim
8	I	PREFEITURA DE PRADO FERREIRA - PR - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 16,0000	01/06/2026	Não
9	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 12.723,2000	28/05/2026	Não
10	I	ESP-CIA.DO METROPOLIT DE SAO PAULO-METRO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 73,0000	27/05/2026	Sim
11	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	180	Unidade	R\$ 57,5000	25/05/2026	Sim
12	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.	14	Unidade	R\$ 24,5000	20/05/2026	Não

		gov.br				
13	I	AUTARQUIA MUN. DE SAUDE DE APUCARANA - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 16,0000	13/05/2026 Não
14	I	MRJ-PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUABA GRANDE - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 71,8300	10/05/2026 Sim
15	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 134,0000	07/05/2026 Sim
16	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 149,8000	07/05/2026 Sim
17	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 69,9900	06/05/2026 Sim
18	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 197,9900	05/05/2026 Sim
19	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 299,9900	28/04/2026 Sim
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	175	Unidade	R\$ 53,0000	17/04/2026 Sim
21	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 37,8000	15/04/2026 Não
22	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	460	Unidade	R\$ 20,1600	14/04/2026 Não
23	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	180	Unidade	R\$ 160,2000	14/04/2026 Sim
24	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	110	Unidade	R\$ 178,0500	14/04/2026 Sim
25	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	110	Unidade	R\$ 178,0500	14/04/2026 Sim
26	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 166,6500	14/04/2026 Sim
27	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	34	Unidade	R\$ 10,5000	07/04/2026 Não
28	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 57,0000	06/04/2026 Sim
29	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 134,0000	22/03/2026 Sim
30	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 29,5000	18/03/2026 Não
31	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 53,9500	16/03/2026 Sim
32	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 10.700,0000	24/02/2026 Não
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 229,0000	02/02/2026 Sim
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 64,2000	13/01/2026 Sim
35	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 174,7000	09/01/2026 Sim
36	I	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - Compras.gov.br	450	Unidade	R\$ 96,3700	07/01/2026 Sim
37	I	MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGAS - Compras.gov.br	160	Unidade	R\$ 16,5000	08/12/2025 Não
38	I	PREFEITURA DE SABAUDIA - PR - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 65,4900	18/11/2025 Sim
39	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 151,7400	17/11/2025 Sim
40	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ - SC - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 42,0000	17/11/2025 Sim
41	I	PREFEITURA DE TURVO - PR - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 135,0000	14/11/2025 Sim
42	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 125,0000	13/11/2025 Sim
		ESP-CIA.DO METROPOLIT DE SAO				

43	I	PAULO-METRO - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 100,0200	11/11/2025	Sim
44	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 33,3300	28/10/2025	Não
45	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 167,8000	21/10/2025	Sim
46	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 33,3300	17/10/2025	Não
47	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 56,0000	16/10/2025	Sim
48	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 62,0000	15/10/2025	Sim
49	I	PREFEITURA DE MARIOPOLIS - PR - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 2,0000	01/10/2025	Não
50	I	PREFEITURA DE MARIOPOLIS - PR - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 36,7300	01/10/2025	Não

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 11

Descrição do item

373926 - Bobina Papel Impressora Tipo Papel: Térmico , Cor: Amarela , Comprimento: 40 M, Largura: 80 M

Unidade de Fornecimento

Caixa 30 Unidade

Quantidade

2

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 116,5700

Média

R\$ 121,8120

● Mediana

R\$ 122,0000

Coeficiente de Variação: 3,3732%

Desvio Padrão: 4,1090



Maior Preço: R\$ 128,9900

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Caixa 30 Unidade	R\$ 122,0000	16/04/2026	Sim
2	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS /PR - Compras.gov.br	50	Caixa 30 Unidade	R\$ 86,0000	25/03/2026	Não
3	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	50	Caixa 30 Unidade	R\$ 119,5000	05/03/2026	Sim
4	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	150	Caixa 30 Unidade	R\$ 122,0000	05/03/2026	Sim
5	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	3	Caixa 30 Unidade	R\$ 114,5000	13/01/2026	Não
6	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	30	Caixa 30 Unidade	R\$ 110,0000	12/11/2025	Não
7	I	CENTRO FED.EDUC.TECN.CELSO SUCKOW DA FONSECA - Compras.gov.br	6	Caixa 30 Unidade	R\$ 116,5700	03/10/2025	Sim
8	I	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA - Compras.gov.br	10	Caixa 30 Unidade	R\$ 112,5000	19/09/2025	Não
9	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	80	Caixa 30 Unidade	R\$ 128,9900	19/08/2025	Sim
10	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Caixa 30 Unidade	R\$ 100,1000	14/07/2025	Não

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 12

Descrição do item

372764 - Chaveiro Material: Pvc , Formato: Quadrado , Tamanho: 3,50 X 4 CM, Cor: Sortida , Aplicação: Identificação Chaves , Características Adicionais: Com Argolas Niqueladas

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

200

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 0,9200

Média

R\$ 5,4567

Mediana

R\$ 3,4500

Coefficiente de Variação: 86,8785%

Desvio Padrão: 4,7407

Maior Preço: R\$ 12,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ETO-ASSOCIAÇÃO APOIO DA ESC EST D GOMIDE AMUI - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 12,0000	29/05/2026	Sim
2	I	SEBRAE AR/PE - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 14,9500	04/05/2026	Não
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 25,6000	20/02/2026	Não
4	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 42,0000	05/11/2025	Não
5	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 23,9600	10/09/2025	Não
6	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 3,4500	02/09/2025	Sim
7	I	MRO-CONSORCIO INTERM. SAN. R. CENT. RONDÔNIA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 0,9200	01/09/2025	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 13

Descrição do item

631713 - Prato Material: Polipropileno , Aplicação: Merenda Escolar , Diâmetro: 23 CM, Capacidade: 600 ML, Cor: Azul

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

250

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 2,9800

Média

R\$ 5,2915

Mediana

R\$ 5,1000

Coefficiente de Variação: 50,3827%

Desvio Padrão: 2,6660



Maior Preço: R\$ 13,9900

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ - PA - Compras.gov.br	12525	Unidade	R\$ 5,1700	11/06/2026	Sim
2	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ - PA - Compras.gov.br	37575	Unidade	R\$ 5,1700	11/06/2026	Sim
3	I	MPE-FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARPINA - Compras.gov.br	366	Unidade	R\$ 2,2100	08/06/2026	Não

4	I	PREFEITURA DE BOCAIUVA DO SUL - PR - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 3,2400	20/05/2026	Sim
5	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 2,5000	13/05/2026	Não
6	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 1,3400	12/05/2026	Não
7	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 3,7700	11/05/2026	Sim
8	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 5,1000	29/04/2026	Sim
9	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1300	Unidade	R\$ 1,5300	17/04/2026	Não
10	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 2,6000	13/04/2026	Não
11	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	168	Unidade	R\$ 5,9000	13/04/2026	Sim
12	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	132	Unidade	R\$ 5,6000	13/04/2026	Sim
13	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	804	Unidade	R\$ 5,0600	13/04/2026	Sim
14	I	FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 3,6100	01/04/2026	Sim
15	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	2220	Unidade	R\$ 4,1000	04/03/2026	Sim
16	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 5,1000	26/11/2025	Sim
17	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,9800	12/11/2025	Sim
18	I	PREFEITURA DE TELEMACO BORBA - PR - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 13,9900	23/10/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 14

Descrição do item
437873 - Garfo Mesa Material Corpo: Aço Inoxidável , Material Cabo: Aço Inoxidável , Tipo: Mesa , Características Adicionais: Liso E Polido , Comprimento: 20 C

Unidade de Fornecimento
Unidade

Quantidade
250

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	 Mediana	Coeficiente de Variação: 102,3219%
R\$ 1,9800	R\$ 7,5628	R\$ 3,4900	Desvio Padrão: 7,7384
			Maior Preço: R\$ 28,9000



Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - Compras.gov.br	485	Unidade	R\$ 1,6800	16/06/2026	Não
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE ALAGOAS - Compras.gov.br	1990	Unidade	R\$ 1,7000	15/06/2026	Não
3	I	PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	6580	Unidade	R\$ 1,0000	11/06/2026	Não
4	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/PA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 11,6300	11/06/2026	Sim
5	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/AM - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 24,1300	10/06/2026	Sim

6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - Compras.gov.br	1400	Unidade	R\$ 1,1200	08/06/2026	Não
7	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	90	Unidade	R\$ 1,3000	03/06/2026	Não
8	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 2,6200	27/05/2026	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3196	Unidade	R\$ 2,2000	26/05/2026	Sim
10	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 127,5600	25/05/2026	Não
11	I	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	45	Unidade	R\$ 5,7800	25/05/2026	Sim
12	I	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLÓGICA DE MG - Compras.gov.br	58	Unidade	R\$ 19,0000	25/05/2026	Sim
13	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 9,0000	22/05/2026	Sim
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 1,3900	21/05/2026	Não
15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1300	Unidade	R\$ 5,6000	20/05/2026	Sim
16	I	ECE-CONSORCIO DE SAUDE DA REGIAO DE MARACANAU - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 8,2800	19/05/2026	Sim
17	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 2,2100	19/05/2026	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 1,3000	19/05/2026	Não
19	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1200	Unidade	R\$ 1,0000	18/05/2026	Não
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1200	Unidade	R\$ 2,4900	18/05/2026	Sim
21	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 1,2000	13/05/2026	Não
22	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1034	Unidade	R\$ 1,4400	12/05/2026	Não
23	I	TRIBUNAL DE JUSTICA ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 2,3900	11/05/2026	Sim
24	I	TRIBUNAL DE JUSTICA ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 2,3900	11/05/2026	Sim
25	I	TRIBUNAL DE JUSTICA ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 2,1000	11/05/2026	Sim
26	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Unidade	R\$ 2,3100	07/05/2026	Sim
27	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 1,3200	05/05/2026	Não
28	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 19,0000	04/05/2026	Sim
29	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	20992	Unidade	R\$ 1,8000	30/04/2026	Não
30	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	62976	Unidade	R\$ 1,8000	30/04/2026	Não
31	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	900	Unidade	R\$ 1,3500	30/04/2026	Não
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 1,1600	29/04/2026	Não
33	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 3,8900	28/04/2026	Sim
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 0,8200	27/04/2026	Não
35	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 1,3000	26/04/2026	Não
		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO					

36	I	PENITENCIARIA - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 1,7800	23/04/2026	Não
37	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 1,8500	23/04/2026	Não
38	I	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - Compras.gov.br	48	Unidade	R\$ 3,4900	23/04/2026	Sim
39	I	EPE-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 2,4800	18/06/2026	Sim
40	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3050	Unidade	R\$ 1,3000	23/04/2026	Não
41	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 1,4200	23/04/2026	Não
42	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	225	Unidade	R\$ 2,5000	17/04/2026	Sim
43	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 3,9800	16/04/2026	Sim
44	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 1,1400	15/04/2026	Não
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Unidade	R\$ 1,3900	15/04/2026	Não
46	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 28,9000	14/04/2026	Sim
47	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 18,1000	13/04/2026	Sim
48	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	125	Unidade	R\$ 2,6200	13/04/2026	Sim
49	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 1,9800	10/04/2026	Sim
50	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	48	Unidade	R\$ 1,4900	10/04/2026	Não

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 15

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade				
465714 - Faca Material Lâmina: Aço Inoxidável , Material Cabo: Aço Inoxidável , Tamanho: 205 X 19 X 2 Mm , Aplicação: Cortar Alimentos , Tipo: Serrilhada		Unidade	250				
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 47,8419%				
R\$ 2,2900	R\$ 4,6083	R\$ 4,1000	Desvio Padrão: 2,2047				
Maior Preço: R\$ 9,4900							
Método de cálculo adotado: Mediana							
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 1,6000	17/06/2026	Não
2	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/PA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 87,9600	11/06/2026	Não
3	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/PA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 87,9600	11/06/2026	Não
4	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 10,1000	28/05/2026	Não
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3216	Unidade	R\$ 1,3700	27/05/2026	Não
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 7,5000	26/05/2026	Sim
7	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. FARROUPILHA - Compras.gov.br	6620	Unidade	R\$ 1,3800	07/05/2026	Não

8	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE STO. ANTONIO DE JESUS - Compras.gov.br	310	Unidade	R\$ 1,6600	07/05/2026	Não
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 6,9100	05/05/2026	Sim
10	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 12,0000	04/05/2026	Não
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 1,9300	27/04/2026	Não
12	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	253	Unidade	R\$ 3,0800	24/04/2026	Sim
13	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 12,4000	23/04/2026	Não
14	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 11,8400	29/03/2026	Não
15	I	COMITE PARALIMPICO BRASILEIRO - SP - Compras.gov.br	36	Unidade	R\$ 2,2900	04/03/2026	Sim
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1200	Unidade	R\$ 5,4100	14/01/2026	Sim
17	I	ESP-UNIV ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 1,3500	12/01/2026	Não
18	I	CONSELHO REG. DE ARQUITETURA E URBANISMO-RS - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 1,9000	08/01/2026	Não
19	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 2,3000	04/12/2025	Sim
20	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 4,0000	04/12/2025	Sim
21	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 9,4900	26/11/2025	Sim
22	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	700	Unidade	R\$ 2,7800	07/11/2025	Sim
23	I	MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 22,0000	31/10/2025	Não
24	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	6901	Unidade	R\$ 1,0000	30/10/2025	Não
25	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 1,4400	28/10/2025	Não
26	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 13,9000	19/10/2025	Não
i 27	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANÁ - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 4,2000	16/10/2025	Sim
28	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 2,8000	01/10/2025	Sim
29	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	145	Unidade	R\$ 1,9800	24/09/2025	Não
30	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 0,9000	18/08/2025	Não
31	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 0,9000	18/08/2025	Não
32	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	1884	Unidade	R\$ 1,1500	31/07/2025	Não
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 1,7500	21/07/2025	Não
i 34	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 4,5400	09/07/2025	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 16

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
631651 - Colher Material Corpo: Aço Inox , Material Cabo: Aço Inoxidável , Aplicação: Merenda Escolar , Características Adicionais: Colher De Sopa , Cor: Prateada	Unidade	50
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 2,4900	R\$ 5,3500	R\$ 3,7800
Coeficiente de Variação: 50,2579% Desvio Padrão: 2,6888 Maior Preço: R\$ 10,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	EPE-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 1,7500	18/06/2026	Não
2	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,9000	15/06/2026	Sim
3	I	ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 1,6000	11/06/2026	Não
4	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/PA - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 10,0000	11/06/2026	Sim
5	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/PA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 25,0000	11/06/2026	Não
6	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/PA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 28,0000	11/06/2026	Não
7	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/PA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 49,0000	11/06/2026	Não
8	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 3,7800	10/06/2026	Sim
9	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 3,2000	09/06/2026	Sim
10	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - Compras.gov.br	1400	Unidade	R\$ 1,5000	08/06/2026	Não
11	I	MRJ-PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUABA GRANDE - Compras.gov.br	90	Unidade	R\$ 9,5000	02/06/2026	Sim
12	I	MRJ-PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUABA GRANDE - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 27,3000	02/06/2026	Não
13	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 1,5000	31/05/2026	Não
14	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 1,8700	27/05/2026	Não
15	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 21,5300	24/05/2026	Não
16	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 13,0000	22/05/2026	Não
17	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	240	Unidade	R\$ 0,8600	20/05/2026	Não
18	I	PREFEITURA DE CRUZEIRO DO IGUACU - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 3,2000	20/05/2026	Sim
19	I	ECE-CONSORCIO DE SAUDE DA REGIAO DE MARACANAU - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 20,9500	19/05/2026	Não
20	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 1,2300	13/05/2026	Não
21	I	PREFEITURA DE DONA FRANCISCA - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 3,1500	12/05/2026	Sim
22	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	956	Unidade	R\$ 1,9600	12/05/2026	Não

23	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	957	Unidade	R\$ 1,6300	12/05/2026	Não
24	I	PREFEITUA MUNICIPAL DE ITATIAIUCU - MG - Compras.gov.br	801	Unidade	R\$ 1,1500	07/05/2026	Não
25	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 6,7699	23/04/2026	Sim
26	I	COLEGIO PEDRO II - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 3,1900	21/04/2026	Sim
27	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 3,0100	01/04/2026	Sim
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 1,9900	30/03/2026	Não
29	I	MPR - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 15,3000	24/03/2026	Não
30	I	INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 8,5000	10/03/2026	Sim
31	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 8,5000	06/03/2026	Sim
32	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	443	Unidade	R\$ 1,4300	06/03/2026	Não
33	I	PREFEITURA DE CRUZEIRO DO IGUACU - PR - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 1,8000	24/02/2026	Não
34	I	PREFEITURA DE CRUZEIRO DO IGUACU - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 1,2000	24/02/2026	Não
35	I	PREFEITURA DE CRUZEIRO DO IGUACU - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 8,0000	24/02/2026	Sim
36	I	PREFEITURA DE CRUZEIRO DO IGUACU - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 8,5000	24/02/2026	Sim
37	I	PREFEITURA DE CRUZEIRO DO IGUACU - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 16,0000	24/02/2026	Não
38	I	PREFEITURA DE CRUZEIRO DO IGUACU - PR - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 4,9000	24/02/2026	Sim
39	I	PREFEITURA DE CRUZEIRO DO IGUACU - PR - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 14,9900	24/02/2026	Não
40	I	PREFEITURA DE CRUZEIRO DO IGUACU - PR - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 1,3000	24/02/2026	Não
41	I	PREFEITURA DE CRUZEIRO DO IGUACU - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 0,7000	24/02/2026	Não
42	I	MMT - CAMARA MUNICIPAL DE CUIABA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 2,6600	13/02/2026	Sim
43	I	MMT - CAMARA MUNICIPAL DE CUIABA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 2,8300	13/02/2026	Sim
44	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 1,8700	12/02/2026	Não
45	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	36	Unidade	R\$ 2,8100	11/02/2026	Sim
46	I	MRS-PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 5,5000	04/02/2026	Sim
47	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICIPIO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 8,9600	25/01/2026	Sim
48	I	MRS-PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 0,8500	21/01/2026	Não
49	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 2,4900	19/01/2026	Sim
50	I	MGO-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE - Compras.gov.br	1400	Unidade	R\$ 1,1400	25/12/2025	Não

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.



 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 17

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
446466 - Copo Material: Alumínio , Capacidade: 300 M	Unidade	150
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 2,9500	R\$ 5,4033	R\$ 5,3500
Coeficiente de Variação: 27,9848%		
Desvio Padrão: 1,5121		
Maior Preço: R\$ 7,2700		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ERO-AGÊNCIA DEF. SAN. AGROSILVO PASTORIL - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 32,6000	18/05/2026	Não
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 4,7000	15/04/2026	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 8,0000	24/11/2025	Não
4	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	800	Unidade	R\$ 19,0000	06/11/2025	Não
i5	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 59,9000	01/10/2025	Não
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 10,0000	26/09/2025	Não
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 7,7700	27/08/2025	Não
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 7,2700	27/08/2025	Sim
9	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 7,0000	14/08/2025	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	350	Unidade	R\$ 4,5000	22/07/2025	Sim
11	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 6,0000	18/07/2025	Sim
12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 2,9500	27/06/2025	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	550	Unidade	R\$ 7,5000	25/06/2025	Não

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre (X-μ)², onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



UG	380229-PENIT."AEVPCRISTIANODEOLIVEIRA"F.PAULISTA				
Gestão	00001-GOVERNODOESTADODESAOPAULO				
Data de Emissão	XX / XX / XXXX				
CNPJ/CPF/UG	XXXXXXXXXXXXX				
Credor	XXXXXXXXXXXXX				
Endereço	XXXXXXXXXXXXX				
Cidade	XXXXXXXXXXXXX	UF	XX	CEP	XX.XXX-XXX

OrigemMaterial	X
----------------	---

Evento	UO	ProgramadeTrabalho	Fonte	NaturezaDespesa	UGR	PI	PTRES
400051	38007	XXXXXXXXXXXX	1500010001	3390XXXX	380012	010.001.0308	380XXX

No Processo	XXXXXXXXXXXX	Acordo			
TípodeEmpenho	9-DESPESANORMAL	RefDispensa	LF14133/21ART75II		
Licitação	5-DISPENSADELICIT.	Modalidade	1-ORDINARIO		
EmpenhoOrig.		Nº Contrato	XXXXXXXXXXXX	NºOC	

ValordoEmpenhoR\$	X,XX
-------------------	------

Cronograma	
Mês	Valor
XX	X,XX

Sequência	001	Item	XXXXXXXX	Unid.Forn.	XXXX
Quantidade	XXXX	ValorUnitário	X,XX	PreçoTotal	X,XX

Descrição

Sequência	002	Item	XXXXXXXX	Unid.Forn.	XXXX
Quantidade	XXXX	ValorUnitário	X,XX	PreçoTotal	X,XX

Descrição

TotalouValoraTransportarR\$	X,XX
LocaldeEntrega	ESTRAVAVICINALKIICHIROHATORIKM06
Data de Entrega	XX / XX / XXXX

OrdenadoraDespesa

Responsavel pela emissão	XXXXXXXXXXXX
--------------------------	--------------



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 25 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LLCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCE/SP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

CAPÍTULO II DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos

termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único – Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput deste artigo;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por incorreções na redação dos Artigos 6º, 21 e 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

(em papel timbrado do licitante)

PREGÃO ELETRONICO: 90010/2026

PROCESSO: 006.00273009/2026-16

OBJETO: Aquisição de materiais para necessidades operacionais, administrativas e de segurança do setor de Centro de Segurança e Disciplina da Penitenciária "AEVP Cristiano de Oliveira" de Flórida Paulista, com entrega única

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE FORNECIMENTO	CÓD. MAT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Dados bancários:

BANCO DO BRASIL

Agência:_____ **Conta:**_____.

De acordo com o item 7.19 do Termo de Referência: pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

E-mail atualizado para o envio da Nota de

Empenho:_____